

PROCESSO Nº : 2016/17010/000008
UNIDADE GESTORA : 170100 –Secretária de Defesa e Proteção Social – SEDPS
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2015
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 062/2016
SGD Nº 2016/09049/000905

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da **Secretaria de Defesa e Proteção Social**, nos termos do inciso XII do artigo 3º da Lei nº 2.735/2013 e do Decreto nº 5.364/2016.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 9º da Instrução Normativa nº 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, à fl. **221**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra déficit orçamentário de **96,92%**, que se justifica por não ser um órgão arrecadador, e totalmente dependente dos recursos do Tesouro Estadual, em obediência ao princípio da Unidade de Tesouraria.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um baixo nível de execução com percentual médio de **22,17%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	51.500,00	3.807.987,84	7.394,15
Receitas de Capital	18.031.000,00	200.521,65	1,11
TOTAL	18.082.500,00	4.008.509,49	22,17



FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
0100	0,00	20.950,16	-
0225	10.082.500,00	3.973.459,33	39,41
0226	0,00	14.100,00	-
4219	8.000.000,00	0,00	0,00
TOTAL	18.082.500,00	4.008.509,49	22,17

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **76,90%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	137.289.365,00	129.498.173,93	94,32
Despesa de Capital	32.161.240,00	816.468,61	2,54
TOTAL	169.450.605,00	130.314.642,54	76,90

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
000 – Recursos Ordinários	136.819.556,00	129.132.552,18	94,38
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	24.631.049,00	1.182.090,36	4,80
4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda	8.000.000,00	0,00	0,00
TOTAL	169.450.605,00	130.314.642,54	76,90

3.4 As alterações no orçamento inicial refletem um aumento de **21,28%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 4.008.509,49**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 129.494.291,56**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 1.798.343,52** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 31.310.930,32**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 130.314.642,54**, as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 211.524,87**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 902.166,05**, restando saldo de **R\$ 35.183.741,43** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 224 a 225.

3.6 O Balanço Patrimonial, às fls. 229 a 230, demonstra uma situação negativa dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.6.1 O Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante em **103,76%**, demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo.



3.6.2 O Ativo Não Circulante foi de **R\$ 28.650.360,05**, composto pelo Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado, Intangível, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante (Dívida Fundada).

3.6.3 Houve inscrição de restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 1.083.513,80**, deste montante, **R\$ 193.794,48** refere-se a restos a pagar processados e **R\$ 889.719,32** restos a pagar não processados.

3.6.3.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, do qual foi liquidado **R\$ 11.312,00**, pago **R\$ 11.312,00** e cancelado **R\$ 17.917.435,97**, não restando saldo, conforme fl. 222.

3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores foi pago **R\$ 176.024,33** e cancelado **R\$ 35,32**, restando um saldo de **R\$ 1.881.218,28**, conforme fl. 223.

3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um superávit financeiro de **R\$ 32.535.856,05**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 35.505.404,63**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 2.969.548,58**, conforme fl. 230.

3.7 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado no valor total de **R\$ 28.650.360,05**, já deduzida a depreciação, não havendo informações a respeito de divergências entre os sistemas SIAFEM e SISPAT.

3.7.1 A Nota Explicativa, à fl. 419, evidencia existência de saldo de bens móveis de terceiros em processo de localização, nas contas de controle, devido a lançamento efetuado em duplicidade, o qual, conforme informado, será regularizado no exercício de 2016.

3.8 A conta contábil "Estoques" apresenta saldo no valor de **R\$ 227.348,34**, que não confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 287 a 297, tendo sido devidamente justificada à fl. 314.

3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa" registra saldo no valor total de **R\$ 35.169.641,43**, que confere com o Balanço Financeiro, extratos e conciliação bancária, conforme discriminação abaixo:

a) banco conta movimento **R\$ 2.017.219,72**:

1 - **R\$ 25.437,77** na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - **R\$ 1.991.781,95** nas contas bancárias específicas;



b) aplicação financeira **R\$ 33.152.421,71.**

3.10 As contas do Passivo Circulante totalizam um saldo de **R\$ 73.377.149,86**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, Obrigações Fiscais a Curto Prazo, Obrigações de Repartição a Outros Entes e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.11 As contas do "Passivo Não Circulante" não registra **dívida fundada.**

3.12 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 129.819.291,64** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 138.492.965,42**, demonstrando resultado patrimonial **negativo** do período, no montante de **R\$ 8.673.673,78**, conforme demonstrado às fls. 416 a 417.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido no valor de **R\$ 3.872.811,11**, à fl. 232.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à **Secretaria de Defesa e Proteção Social** foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação de 1 (um) processo de adesão em ata de registro de preços, 1 (um) processo de sindicância tendo como objeto a apuração de indícios de irregularidades, identificação dos responsáveis e quantificação de possível dano ao erário, referente à despesa pública realizada sem prévio empenho, sem licitação e sem contrato, 1 (um) processo de substituição de bem patrimonial em decorrência de sinistro/deterioração, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas

4.2 No exercício de 2015, a Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados 12 (doze) atendimentos presenciais, para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.

4.3 Houve acompanhamento e avaliações trimestrais, durante todo o exercício de 2015, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, o que possibilitou indicar medidas para o alcance dos resultados demonstrados no item 6 deste Relatório.



5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou auditoria de regularidade na Secretaria de Defesa e Proteção Social no exercício em análise, conforme informado à **fl. 412**.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às **fls. 24 a 197**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN nº 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a **Secretaria de Defesa e Proteção Social**, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual nº 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 2.942/2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições do órgão foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, às **fls. 121 a 126**, definidos nos Programas Temáticos: 1020 - **Segurança e Proteção ao Cidadão**, 1025 - **Criança, Adolescente e Juventude**, 1031 - **Direitos Humanos**, 1032 - **Enfrentamento ao Alcool** e outras Drogas, 1034 - **Governo e Cidadão** e com suporte nas ações do Programa 1071 - **Gestão e Manutenção** da Secretaria de Defesa e Proteção Social.

6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas metas qualitativas e/ou quantitativas, cujo desempenho no exercício em análise, evidencia um bom grau de eficiência alcançado para as metas regionalizadas e não regionalizada, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 135 a 142**. Não houve, entretanto, nas análises o registro do alcance das metas relativas aos exercícios de 2012 a 2014.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de **6** (seis) indicadores, dos quais **2** (dois) apresentaram um nível satisfatório, para o órgão, **2** (dois) insatisfatório, **1** (um) não apurados e **1** (um) não realizado análise pelo órgão, além de apresentar consistências e divergências nas análises, conforme relatórios, às **fls. 128 a 133**.

6.1.2 Os produtos e serviços criados a partir dos objetivos definidos, revelam que a entidade conseguiu entregar **11** (onze) serviços à sociedade, sendo **6** (seis) parcialmente de um total de **15** (quinze), demonstrando um regular grau de eficiência alcançado pela entidade, apesar de não constar análise de **2** (duas) iniciativas conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 143 a 159**.

6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas **22** (vinte e duas) ações orçamentárias, sendo **17** (dezessete) de natureza atividade e **5** (cinco) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um regular grau de eficiência, apesar da não



realização física de **5** (cinco) e financeira de **8** (oito) delas, respectivamente, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 161 a 182**.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **4** (quatro) ações de natureza atividade, demonstram que as mesmas tiveram uma considerável contribuição para o alcance dos objetivos da entidade, uma vez que o montante de recursos destinados, **90,60%** foram executados por meio do Programa de Gestão Manutenção, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 184 a 187**.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às **fls. 397 a 411**, um quantitativo de **987** servidores ativos, sendo que **54** servidores foram admitidos no exercício de 2015 por meio de concurso e **237** por meio de contrato temporário.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Gleidy Braga Ribeiro, Gilmar Alves Castro, Helio Pereira Marques** e outros relacionados neste processo às **fls. 05 e 06**.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, aos 23 dias do mês de março de 2016.



Wellington Junior Silveira
Gerente de Auditoria em Gestão
Administrativa

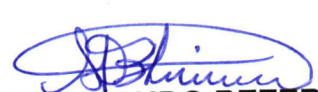


Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda
Gerente de Avaliação e Controle da
Gestão Governamental



Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

I – De acordo;
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente parecer de auditoria.
Em 23/03/2016.



SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Superintendente de Gestão de Ações de Controle Interno

